

**Memória e educação inclusiva: a prática de um grupo de professores de ciências naturais que trabalham com alunos deficientes, cidade de Marabá(PA)<sup>1</sup>****Memory and inclusive education: the practice of a group of natural science teachers working with disabled students, city of Marabá(PA)**

Recebimento dos originais: 20/01/2019

Aceitação para publicação: 25/02/2019

**Airton dos Reis Pereira**

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco

Instituição: Universidade do Estado do Pará

Endereço: Av. Hiléia s/nº Agrópolis do INCRA, Amapá, Marabá – Pará

E-mail: airton@uepa.br

**Mírian Rosa Pereira**

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Pará

Instituição: Universidade do Estado do Pará

Endereço: Av. Hiléia s/nº Agrópolis do INCRA, Amapá, Marabá – Pará

E-mail: mirian-pereira@hotmail.com

**Marinalda Gomes Apinagés**

Especialista em Administração Pública pelo Centro Universitário Internacional

Instituição: Universidade do Estado do Pará

Endereço: Av. Hiléia s/nº Agrópolis do INCRA, Amapá, Marabá – Pará

E-mail: marinalda.ga@hotmail.com

**RESUMO**

Este texto analisa o trabalho realizado por um grupo de professores e professoras da educação básica, da cidade de Marabá (PA), que ministram aulas de ciências naturais para alunos com deficiência da rede pública municipal e estadual de ensino. Para a sua construção, além das fontes bibliográficas, foram de fundamentais importância os relatos orais propiciados por meio da metodologia da história oral quando foi possível entrevistar individualmente e em grupo alguns desses professores e professoras de ciências naturais da educação básica. Procurou-se trazer à baila as práticas desses educadores e educadoras em salas de aulas, os desafios vivenciados cotidianamente nas escolas, os problemas de infraestruturas e de equipamentos no exercício da profissão, além dos desafios enfrentados para colocar em prática o que preconiza a legislação brasileira a respeito da educação inclusiva, sobretudo na perspectiva dos direitos humanos.

**Palavras-Chave:** Memória, Educação Inclusiva, Prática docente.

**ABSTRACT**

This text analyzes the work done by a group of teachers of basic education in the city of Marabá (PA), who teach natural science classes for students with disabilities in the municipal and state

<sup>1</sup>Este artigo é resultado de algumas reflexões que estamos fazendo no âmbito do Projeto de Pesquisa denominado de “Saberes e práticas da formação docente: da avaliação da educação inclusiva à produção de materiais didáticos destinados às pessoas com deficiência”, que conta com o apoio financeiro da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

public schools. For its construction, in addition to the bibliographic sources, the oral reports provided by oral history methodology were of fundamental importance when it was possible to interview individually and in-group some of these teachers and teachers of natural sciences of basic education. We sought to bring to light the practices of these educators in classrooms, the challenges experienced daily in schools, the problems of infrastructures and equipment in the exercise of the profession, as well as the challenges faced in putting into practice what the Brazilian legislation advocates on inclusive education, especially in the perspective of human rights.

**Keywords:** Memory, Inclusive Education, Teaching practice.

## 1 INTRODUÇÃO

Até a pouco tempo o atendimento de pessoas em situação de deficiência pelo sistema educacional brasileiro compreendia a escola especial e a escola regular. O aluno frequentava uma ou outra modalidade de ensino. Mas nos últimos anos, fruto de intensos debates, reflexões e práticas que tem buscado medidas para efetivar uma educação inclusiva que promova a dignidade da pessoa humana, passou a ser garantido que todos os alunos possam aprender juntos em classes de ensino regular. Para isso, a escola precisa ser dotada com meios e recursos adequados, mas também oferecer apoio necessário àqueles que encontram barreiras no processo de aprendizagem. Ou seja, a escola, nessas condições, deve, necessariamente, não só acolher a todos, mas valorizar a diversidade e considerar as desigualdades naturais ou adquiridas inerentes a cada pessoa ao mesmo tempo em que seja provida de recursos indispensáveis à escolarização. Mas como é a escola e a prática cotidianamente presente em sala de aula de professores da educação básica que ministram aulas de química e de biologia para alunos em situação de deficiência em classes de ensino regular na cidade de Marabá?

Com o propósito de responder a esse questionamento, este texto procura analisar o trabalho realizado por um grupo de professores e professoras da educação básica, da cidade de Marabá, que ministram aulas de ensino de ciências naturais (química e biologia) para alunos em situação de deficiência da rede pública municipal e estadual de ensino. Visa ainda apontar os desafios vivenciados por estes profissionais nas escolas, como os problemas inerentes às condições de infraestrutura e falta de equipamentos e materiais didáticos acessíveis e necessários à prática docente.

Para a construção deste texto, além de fontes bibliográficas, foram fundamentais a utilização de fontes orais por meio da metodologia da história oral. Para tanto, foram entrevistados oito professores que fazem parte das atividades formativas propiciadas pelo Projeto de Pesquisa “*Saberes e práticas da formação docente: da avaliação da educação inclusiva à produção de materiais didáticos destinados às pessoas com deficiência*” que agrega 20 educadores das cidades de Marabá e de Itupiranga. Os professores entrevistados ensinam ciências naturais (química e

biologia) para alunos em situação de deficiência nas classes regular em algumas escolas da cidade Marabá.

\*\*\*

A Universidade do Estado do Pará (UEPA) foi criada em 1993 a partir da fusão e da experiência de Escolas e Faculdades Estaduais mantidas pela Fundação Educacional do Estado do Pará (FEP). Atualmente possui mais de 16 mil alunos em 31 cursos de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu* em cinco campi na cidade de Belém e em quinze campi distribuídos nos municípios do interior do estado (Altamira; Barcarena; Cametá; Castanhal; Conceição do Araguaia; Igarapé-Açu; Paragominas, Marabá; Moju; Redenção; Salvaterra; Santarém; São Miguel do Guamá; Tucuruí; Vigia), onde desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão nas áreas da Saúde, da Educação e da Tecnologia.

Foi ainda em 1993 que a UEPA criou o Campus Universitário de Marabá, no sudeste paraense, a 555 quilômetros da capital, ofertando, inicialmente, os cursos de Enfermagem e de Licenciatura em Educação Física. Como não contava com um espaço próprio, as

aulas ocorriam nas dependências do Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mais tarde, com sede própria, foi implantado os cursos de Licenciatura em Ciências Naturais (Física, Química e Biologia), Engenharia Ambiental, Matemática, entre outros. Atualmente a instituição oferta além dos já citados, os cursos de Medicina, Biomedicina, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção, Tecnologia de Alimentos, Letras-Libras e Pós-Graduação *Lato Sensu* em *Docência em Educação Escolar Indígena* para as étnicas Akrãtikatêjê, Parkatêjê, Kyikatêjê e SuruíAikewara. Possui, atualmente 714 estudantes matriculados. Entre os anos de 2010 e 2015 foram ofertados os cursos de licenciatura em Geografia, Educação Física, Letras, Pedagogia e Matemática ligados ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e à Universidade Aberta do Brasil (UAB) quando foi possível formar 215 novos educadores.

Com relação à educação inclusiva, o maior desafio ocorreu quando um aluno cego se matriculou no Curso de Licenciatura em Ciências Naturais (habilidade em Química) no ano de 2009 porque ninguém da universidade naquela época possuía experiência para trabalhar com pessoas em situação de deficiência. Um ano depois a universidade matriculou um aluno com baixa visão no curso de Licenciatura em Matemática. Foi a partir de então que alguns técnicos administrativos (pedagogas) e alguns professores passaram a se preocupar com a acessibilidade dos espaços físicos da universidade, mas também com a inserção de professores e alunos, sobretudo da turma de Ciências Naturais, nas discussões sobre a educação inclusiva. Para tanto, foi criado o Núcleo de Acessibilidade, Educação e Saúde (NAES) como um espaço voltado às atividades de

ensino, pesquisa e extensão com a finalidade de propiciar ações que atendam às necessidades no âmbito inclusivo, fomentando ações que envolvem a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas e de comunicações para implementar a política de inclusão de pessoas em situação de deficiência.

Ainda como parte desse processo, o Campus Universitário passou a ter representações no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Marabá e a participar, efetivamente, das Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Marabá onde são discutidos os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência e questões inerentes à acessibilidade, à educação entre outros direitos.

\* \* \*

É certo que o NAES nesse lastro de tempo tem não só possibilitado orientação pedagógica de estudantes e professores, mas investido na produção de materiais didáticos e recursos tecnológicos acessíveis voltados à inclusão educacional e social. Contudo, ainda não havia possibilitado uma inserção maior da universidade na educação básica da região para se discutir com os professores a educação inclusiva e especial e a promoção de direitos das pessoas em situação de deficiência.

Constatamos, por exemplo, que na cidade de Marabá, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação, há um quantitativo de 733 alunos em situação de deficiência matriculados no ensino comum e com atendimento educacional especializado. Para atender esses alunos, o município conta com apenas 29 Salas de Recursos Multifuncionais e com 54 professores nesse atendimento especializado. Mas assim como em outras cidades do sudeste paraense, em Marabá não há práticas presentes, cotidianamente, em sala de aula as quais estão, efetivamente, ligadas à utilização de materiais didáticos acessíveis na área do ensino de ciências naturais (química e biologia), direcionados para alunos com deficiência. Nem tão pouco existem análises sobre a prática de professores dessa área do conhecimento na perspectiva da educação inclusiva. Ou seja, o que há são salas de recursos multifuncionais, porém nada específico que possam garantir com qualidade a alfabetização e estimulação sensorial de alunos em situação de deficiência.

Foi então diante dessa realidade enfrentada por professores e por alunos com deficiência, o alto custo e a pouca acessibilidade aos recursos pedagógicos que alguns docentes e técnicos-administrativos da Universidade do Estado do Pará, Campus de Marabá, no sentido de dar continuidade ao trabalho do NAES, passou a desenvolver um trabalho junto um grupo de professores da educação básica da cidade de Marabá (ensino fundamental e médio), tanto no processo de formação, quanto na produção de materiais didáticos acessíveis por meio do Projeto de

Pesquisa “*Saberes e práticas da formação docente: da avaliação da educação inclusiva à produção de materiais didáticos destinados às pessoas com deficiência*”.

O referido projeto tem como objetivo analisar as práticas dos professores de ciências naturais, da educação básica da rede pública de Marabá, na perspectiva da educação inclusiva, e, ao mesmo tempo, contribuir na produção de materiais didáticos acessíveis na área de química e de biologia. Só que para fazer essas análises, a equipe do projeto entendeu que seria preciso discutir não só as experiências realizadas por esses professores e, conseqüentemente, pelos alunos, mas também dar conta das propostas alternativas aplicadas ou elaboradas que tem sido originalizadas a partir da própria realidade educacional que tem se efetivado o processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, se pensou os procedimentos metodológicos para além da pesquisa bibliográfica sobre a temática e do mero levantamento do número de escolas, de professores, de alunos e de materiais didáticos existentes (SEVERINO, 2002). Ou seja, a opção foi pelas metodologias da Pesquisa-Ação e da História Oral.

Com relação à Pesquisa-Ação foi entendido que seria de fundamental importância a realização de pelo menos uma parte da pesquisa à medida em que os atores envolvidos no projeto pudessem aprimorar a sua prática (TRIPP, 2005; FRANCO, 2005), ou seja, agir no campo da prática enquanto investiga a respeito dela, como bem já afirmava Paulo Freire, quando sustenta que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 2000, p. 43).

Já a opção pela História Oral ocorreu em razão dos posicionamentos políticos ou pontos de vistas dos atores envolvidos na temática estudada que essa metodologia pode ajudar a apreender. Ou seja, é um procedimento metodológico que, além de registrar vozes que dificilmente seriam ouvidas se a pesquisa fosse realizada só com documentos de outras naturezas, possibilita captar diferentes “versões” sobre a problemática estudada como bem analisa Philippe Joulard (2000). Segundo esse autor,

O oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas “muito insignificante” – é o mundo da cotidianidade – ou inconfessável, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional (p. 33-34).

Por meio do fragmento acima é possível verificar que não se trata de fontes complementares às escritas, mas um tipo de fonte especial que possibilita informações para além das outras fontes

(escritas, imagens, etc.), capazes de revelar e ajudar a compreender uma realidade tão complexa que é a prática de professores do ensino de química e de biologia para alunos em situação de deficiência, na rede pública da cidade de Marabá, na perspectiva da educação inclusiva. Pode se dizer também que é um método que contribui para percebermos as condições das escolas e do ensino desse município, e sobretudo, ajudar a pensar uma educação que seja de fato inclusiva e promova a dignidade da pessoa humana.

Além de algumas entrevistas individuais (ALBERTI, 2005; GUIMARÃES NETO, 2012; MEIHY & HOLANDA, 2011) a equipe do projeto acabou gravando em áudio as falas dos professores nos momentos dos trabalhos em grupo as quais foram transcritas e analisadas. Vale ressaltar que como é um projeto de pesquisa o qual se efetiva também por meio de diversas atividades formativas, a equipe estabeleceu a partir de um acordo com todos os professores envolvidos, um encontro de formação por mês. Os primeiros encontros foram então gravados e as falas transcritas. Os professores tiveram a oportunidade de falar não só sobre as suas expectativas com relação ao processo formativo, mas as suas práticas enquanto educadores em salas de aulas, os desafios vivenciados cotidianamente nas escolas, os problemas de infraestruturas e de equipamentos, além de toda a problemática enfrentada para concretizar o que preconiza a legislação brasileira a respeito da educação inclusiva.

Nesses diversos momentos, foi pertinente entender que os relatos orais são antes de tudo narrativas que se encontram inseridas na rede das relações sociais e são também articuladores de discursos que devem ser lidos “(...) como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 47). E, como parte desse processo foi de suma importância os registros fotográficos, mas também etnográficos com o uso do caderno de campo, sobretudo nos momentos e nos espaços coletivos dos sujeitos da pesquisa.

\* \* \*

Podemos dizer que o movimento pela inclusão de pessoa em situação de deficiência iniciou na segunda metade da década de 1980 nos países desenvolvidos. Esse movimento foi amparado nos diversos tratados internacionais. Como parte desse processo podemos destacar a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, ocorrida em 1990, em Jomtien, na Tailândia, quando foi elaborada a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (UNESCO, 1998). Em 1994 foi realizada a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, com representações de 88 governos e de 25 organizações internacionais. O produto final dessa assembleia foi a *Declaração de Salamanca* afirmando o compromisso com a *Educação para Todos* e apresentou medidas para uma educação inclusiva, no sentido de promover a dignidade humana e o exercício dos direitos humanos. Já, na Declaração de Guatemala, em 1999, a

assembleia apontou que as pessoas com deficiência tem os mesmos direitos e liberdades das demais pessoas.

Como o Brasil é signatário dos acordos internacionais, os resultados dos movimentos para inclusão das pessoas com deficiência nos países europeus e da América do Norte repercutiram positivamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394 quando foi definido a educação especial como modalidade de educação escolar que deveria ser oferecida na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.

A partir de 2004, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) por meio da Secretária de Educação Especial (SEESP), visando a consolidação da política de educação especial, criou o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais como locais específicos para atender às especificidades da Educação Especial. Quatro anos depois, a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi finalmente incorporada à legislação brasileira possibilitando o acesso da pessoa com deficiência no ensino primário e secundário em igualdade de condições com as demais pessoas ao mesmo tempo em que se estabelecia a formação de professores para trabalhar com esse público (BRASIL, 2009). Essas diretrizes foram ratificadas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 04/2010, sobretudo em seu artigo 29 quando passou a estabelecer que os sistemas de ensino deveriam matricular os estudantes em situação de deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e/ou de altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, bem como no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou mesmo em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais entre outras (BRASIL, s/d).

Ao entrevistar professores e professoras da educação básica que ensinam química e biologia para alunos em situação de deficiência da rede pública de ensino da cidade de Marabá, percebemos que esses profissionais vivenciam, cotidianamente, enormes desafios desde os problemas de infraestruturas em suas escolas, passando pela ausência de equipamentos e de materiais didáticos acessíveis à falta de uma formação continuada para que possam, de fato, colocar em prática o que preconiza a legislação brasileira a respeito da educação inclusiva como descrito em páginas anteriores. Segundo as professoras Juzenilde Cardoso e Andréia de Oliveira Casto, da Escola Municipal e Estadual Walquise da Silveira Vianna, no Bairro São Felix, por exemplo, a inclusão de alunos em situação de deficiência nas classes comuns do ensino regular se deparou não só com a falta de materiais didáticos e de infraestruturas acessíveis das escolas, mas com a ausência de formação específica sobre a educação inclusiva para os educadores.

Como a gente não teve uma formação, o ideal seria que tivesse. Porque assim! Na prática diária nos deparamos com alunos com vários tipos de deficiência. Por causa da lei de inclusão, ele está ali, só que a gente não tem uma formação direcionada para auxiliá-lo. O que a gente sabe é que existem profissionais que podem estar auxiliando. Só que a esses profissionais passam também por grandes dificuldades. Eles não conseguem acompanhar as escolas, então existem os polos. Mas mesmo assim nas escolas onde eu trabalho nunca tivemos até hoje um acompanhamento de uma pessoa da área. Então, o que a gente tem feito é buscar esse conhecimento fora da própria escola (...). A formação que é fornecida para os professores na sede do município não tem uma específica para trabalhar a questão do aluno deficiente. Geralmente quando há formações específicas são dentro da área mesmo para trabalhar os conteúdos (...). Então, o ideal seria que se tivesse uma formação voltada para os professores da aula regular que está atendendo esses alunos para que tenham informações de como trabalhar com esses alunos (Juzenilde Cardoso. Entrevista concedida em 27/04/2017).

Eu tinha dois alunos, um que era deficiente mental e uma aluna surda, do 6º ano. Foi o primeiro contato que eu tive (...). A gente fica desesperada. A aluna perguntava para mim e eu não sabia responder (...). Ela chegava com a dúvida dela no caderno para mim mostrar aí era um problema. Então a gente foi correr, ia à sala de recurso. Procurei fazer cursos de libras para estar trabalhando e passei a pesquisar para ficar sabendo como é que eu ia me comportar, mas foi um ano todinho, fugindo... A gente se esquivava do aluno, como quem diz assim: eu não sei como lidar com ele. O outro aluno, deficiente mental, como ele pulava de cadeira em cadeira, aí logo ele ficou só na sala de recurso. Ele não ficou mais na sala junto com os outros porque eram muitos alunos. Era uma sala com mais de 40 alunos, não tinha como ele ficar por causa do comportamento dos outros. A gente se sente muito angustiada em relação ao sistema educacional de jogar o aluno na classe comum e a gente não saber lidar com essa situação, a não ser que você vá buscar recursos de como trabalhar. Hoje não. Hoje a gente já tem uma visão, depois desses longos tempos de sala de aulas e de cursos de formação de como ensinar o aluno com uma deficiência e não excluí-lo dos outros e do conteúdo que você está passando (Andréia de Oliveira Casto. Entrevista concedida em 27/04/2017).

É possível perceber que houve avanços significativos nos debates sobre a educação inclusiva possibilitando, entre outras coisas, o acesso à escolarização obrigatória e à promoção da igualdade. Contudo, se atentarmos às falas dos educadores da rede pública da educação básica de Marabá como apontadas nos fragmentos acima, vamos perceber que a luta pela equiparação de oportunidades de todos nos diversos sistemas da sociedade ainda continua. Vamos perceber ainda, se levarmos em consideração a prática cotidiana do professor em sala de aula, que o sistema educacional de uma forma geral precisa promover, efetivamente, a inclusão escolar não só dando

oportunidade às pessoas em situação de deficiência para que tenham acesso à escolarização, mas oportunize a formação inicial e continuada de profissionais da educação e materiais didáticos acessíveis em todos os âmbitos.

Quer dizer, grande parte dos professores se sentem desamparados, tendo de buscar, eles mesmos, saídas aos desafios encontrados em salas de aula. Além de não contar com condições adequadas de trabalho, como salas superlotadas, falta de equipamentos e materiais didáticos acessíveis para atender as necessidades dos alunos etc., estes profissionais reclamam da ausência de formação específica que possa possibilitar práticas educacionais necessárias e inovadoras no processo de ensino-aprendizagem. Para a maioria dos professores da educação básica envolvidos no projeto de pesquisa *“Saberes e práticas da formação docente: da avaliação da educação inclusiva à produção de materiais didáticos destinados às pessoas com deficiência”*, a educação inclusiva deve ser, efetivamente, fruto de estudos, mas também de práticas que possibilitem o exercício pleno da cidadania, fazendo com que todos os alunos aprendam juntos, não sendo as desigualdades naturais ou adquiridas empecilhos ao processo de aprendizagem. A escola deve acolher indistintamente todos os estudantes, mas para ser um espaço de aprendizagem precisa possibilitar a inclusão de seus educadores oferecendo-lhes condições adequadas de trabalho senão não poderá ser considerada de fato uma escola inclusiva.

Com relação as aulas de ciências naturais (biologia e química) para alunos em situação de deficiência matriculados nas classes do ensino regular, grande parte dos educadores entrevistados foram enfáticos em afirmar que tem sido, de uma forma geral, no modelo “tradicional”, ou seja, são aulas normalmente ministradas para os considerados evidentes, sobretudo, porque lhes faltam materiais didáticos apropriados e acessíveis. Contudo, a luta para a inclusão desses alunos tem sido constante, fato que estes professores tem buscado, eles mesmo, uma formação diferenciada e se envolveram na construção de materiais didáticos acessíveis para melhor atender esses estudantes e incluí-los não só na sala de aulas no processo de interação com outros alunos, mas nos conteúdos ensinados. Para eles, os recursos normalmente utilizados cotidianamente em salas de aulas quando não usados de maneira adequada acabam contribuindo com o processo de exclusão ao invés de incluir a todos.

## **2 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi possível demonstrar ao longo do texto, embora seja salutar todo o processo de inclusão de estudantes em situação de deficiência nas classes de ensino comum, o sistema educacional brasileiro, especialmente da cidade de Marabá, no sudeste paraense, precisa ir além no sentido de possibilitar, efetivamente, o exercício pleno da docência de educadores da rede pública

de ensino ao dar-lhes condições exequíveis para ministrar as suas aulas de ciências naturais (química e biologia) não só com espaços adequados, mas formação na área, equipamentos e materiais didáticos acessíveis e inovadores. Só assim será possível enfrentar, de fato, o processo de exclusão de pessoas em situação de deficiência de nossa sociedade.

Os relatos orais advindo, sobretudo, durante todo o processo de formação do grupo de professores da educação básica como explicado, além de nos revelar os desafios enfrentados, cotidianamente, por esses profissionais, tem possibilitado reflexões teórico-metodológicas sobre o ensino de ciências naturais na perspectiva inclusiva, bem como orientações significativas para a produção de materiais didáticos acessíveis para se trabalhar em sala de aula, visando, dessa forma, o fortalecimento do movimento pela inclusão educacional.

### REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

**BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Diário Oficial da União**, de 26/08/2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC/*Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* – SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, s/d. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acessado: 08 de novembro de 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni Rosa; MONTYSUMA, Marcos F. Freire; MONTENEGRO, Antônio Torres (Orgs.). **História Oral, desigualdades e diferenças**. 1ª edição, Florianópolis-SC; Recife-PE: EdUFSC; Ed. Universitária UFPE, 2012, v. 1, p. 15-37.

JOULARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2000, p.31-45.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA –UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** Jomtien. UNESCO, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.